

## CONTRIBUTO DAS ONG DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO

CONTRIBUTION OF SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE NGOs IN TRAINING IN ENVIRONMENTAL EDUCATION: A PERCEPTION OF THE POPULATION

**Hilária Andrade** 

Escola Secundária Liceu Marina Graça  
São Tomé, São Tomé e Príncipe  
[hilarandrade@hotmail.com](mailto:hilarandrade@hotmail.com)

**Maria José Rodrigues** 

Escola Superior de Educação, ESE  
Instituto Politécnico de Bragança, IPB  
Bragança, Portugal  
[mrodrigues@ipb.pt](mailto:mrodrigues@ipb.pt)

**Resumo.** São Tomé e Príncipe é um país que enfrenta vários problemas ambientais, nomeadamente a exploração excessiva dos recursos, tratamento dos resíduos, desgaste dos solos, entre outros. É neste contexto que várias ONG têm desenvolvido ações no âmbito da educação ambiental (EA). Para este estudo trabalhamos com três ONG santomenses e temos como principal objetivo conhecer a perceção da população sobre o trabalho desenvolvido pelas referidas ONG, no âmbito da EA. Este trabalho é de natureza qualitativa, interpretativa e descritiva. Para a recolha de dados recorremos à entrevista semiestruturada a elementos das comunidades da área de intervenção das ONG. Verificamos que os inquiridos se mostraram pouco disponíveis para colaborar e com receio em participar na entrevista. Atentamos que esta situação se justifica com a pouca frequência que investigações desta natureza são realizadas em São Tomé e Príncipe. Os resultados evidenciam que a população reconhece o trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito da EA, principalmente na mudança de práticas, pelos habitantes, e aquisição de atitudes e comportamentos compatíveis com o desenvolvimento sustentável. Valorizam a preservação e utilização dos recursos naturais, principais fontes de riqueza em São Tomé e Príncipe. Salientam que os trabalhos desenvolvidos pelas ONG têm permitido melhorar a qualidade de vida e a economia das famílias. Concluímos que a intervenção das ONG, de cariz ambiental são fundamentais e tem desenvolvido diversas ações de sensibilização e, desta forma, contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas com rumo ao desenvolvimento mais sustentável.

**Palavras chave:** comunidades; educação ambiental, desenvolvimento sustentável; preservação ambiental.

**Abstract.** Sao Tome and Principe is a country facing several environmental problems, including overexploitation of resources, waste treatment, soil erosion, among others. It is in this context that various NGOs have developed actions in the field of environmental education (EA). For this study we worked with three NGOs from Santos and our main objective is to know the perception of the population about the work developed by these NGOs, within the scope of EA. This work is qualitative, interpretative and descriptive in nature. For data collection we used the semi-structured interview with elements of the communities in the NGO intervention area. We found that respondents were unwilling to collaborate and afraid to participate in the interview. We note that this situation is justified by the infrequent investigations of this nature being conducted in Sao Tome and Principe. The results show that the population recognizes the work that has been developed within the scope of EE, mainly in the change of practices by the inhabitants, and the acquisition of attitudes and behaviors compatible with sustainable development. They value the preservation and use of natural resources, the main sources of wealth in Sao Tome and Principe. They stress that the work done by NGOs has improved the quality of life and the economy of families. We conclude that the intervention of NGOs of environmental nature are fundamental and has developed several awareness actions and, thus, contribute to improving people's quality of life towards more sustainable development.

**Keywords:** communities; environmental education, sustainable development; environmental preservation.

### INTRODUÇÃO

A generalização do discurso da educação ambiental (EA), da sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável tem chegado a várias áreas de atividade e do saber, inclusivamente ao da educação. Segundo Ferrão (1990) a EA tem como objetivo formar uma população mundial consciente e que se preocupe com os seus problemas, uma população com conhecimentos e competências que a possam conduzir à mudança de atitudes, capaz de avaliar e participar da resolução dos problemas referentes ao ambiente. Assim, neste contexto, Sorrentino, Trajeber, Mendonça e Júnior (2005, p. 290) salientam que:

a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA – Lei 9795/99) no seu artigo primeiro define a educação ambiental como mecanismos, pelos quais o indivíduo e a coletividade se servem para a construção de valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências, com vista para a conservação do ambiente, bem como de uso comum do povo, como forma de melhorar a qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Segundo Sá (2008) e na sequência da década de 2005-2014, como década do EDS em dezembro de 2002, as Nações Unidas, elevassem a nível internacional o reconhecimento da EA como um instrumento fundamental para o DS. Na sequência do que diz a autora, entendemos que a EDS deve ser uma educação contínua e que acompanha o indivíduo ao longo da vida.

Na nossa opinião e de acordo com Fernandes (1983) a EA deve ser feita de forma a desenvolver novas competências e comportamentos em relação ao ambiente criando novos conhecimentos, de forma continuada, para o desenvolvimento do homem e daquilo que o rodeia.

Neste sentido, entendemos que a EA é um instrumento indispensável ao desenvolvimento das novas gerações, na medida em que as atitudes comportamentais do homem têm causado a cada dia que passa mais degradação ao ambiente. Atualmente assistimos a acontecimentos chocantes, derivados da intervenção do homem sobre a natureza, como por exemplo, inundações, incêndios, secas, deslizamento de terras, entre outros.

Segundo Sorrentino, Trajber, Mendonça e Júnior (2005, pp. 288-289),

a educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza.

De acordo com abordagem feita por Sorrentino, Trajber, Mendonça e Júnior (2005) e por Ferrão (1990), sobre a EA, entendemos que a mesma não deve estar dissociada do desenvolvimento sustentável (DS) tendo em conta que interação, pois, fazer EA é preparar o cidadão para um estilo de vida mais sustentável. No nosso entender, para que haja uma educação rumo ao desenvolvimento sustentável, cada país deve definir, de acordo a sua cultura, o que pretende para alcançar boa qualidade de vida e felicidade, sem perder de vista o ambiente global.

É neste contexto que pensamos no papel que as ONG desempenham em São Tomé e Príncipe (STP), baseando-nos na ideia de Rodrigues (2011) que defende que a EA não é uma tarefa que cabe só ao governo e as autarquias, mas sim, uma tarefa que cabe a todos os cidadãos. Por isso, para que ela, chegue a toda a população é necessário o envolvimento de todos. E quanto a isso não há dúvidas que as ONG têm dado um contributo notável. Assim, no nosso entender, a EA deve ser vista como um direito de todos enquanto cidadãos. Por isso, cada estado deve criar estruturas que a possam assegurar. Pretendemos que este trabalho cumpra esse desiderato, pois surgiu a partir das nossas preocupações pelo conhecimento de inúmeros problemas ambientais que se têm verificado no mundo em geral e em STP em particular. Consideramos urgente desenvolver trabalhos ao nível da EA e da EDS que, em nossa opinião, não devem ser uma tarefa apenas da escola, mas também do poder político e das Câmaras Distritais. É neste sentido que pensamos nas ONG, tendo em conta o grande contributo que têm dado nesta matéria, promovendo diversas atividades que envolvem ativamente as comunidades. Julgamos que as ONG, no quadro das suas atividades, têm conseguido dar maior dimensão e alcance às informações relativamente à EA e à EDS, tornando-as assim mais fácil e acessíveis a toda a população, com o objetivo de informar e chamar à responsabilidade as diversas comunidades para os problemas ambientais.

Pretendemos com este trabalho avaliar o impacto das atividades de EA e EDS desencadeadas pelas ONG colaboradoras deste estudo, nas comunidades onde têm tido intervenções. Trabalhamos em colaboração com três ONG que passamos a designar de MARAPA, ADAPA e ZATONA ADIL. A seleção das referidas ONG baseou-se no quadro das suas atividades, atendendo a que apresentam uma vertente que visa a melhoria das condições ambientais, embora tenham objetivos diversificados de acordo com os territórios onde estão inseridas, às atividades promovidas, ao público a que se destinam e à formação dos seus dirigentes, entre outros. A escolha de ONG com características diferentes e alguns objetivos comuns, permitiu-nos trazer maior contributo para a investigação, no domínio da EA, em contextos diferentes. Isto poderá trazer uma maior valia à investigação, uma vez que nos permitirá uma visão crítica ao trabalho desenvolvido pelas ONG de caráter ambiental em São Tomé e Príncipe.

## **O PAPEL DAS ONG SANTOMENSES NA EA/DS**

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um país insular com 1001 Km<sup>2</sup>, localizado no Golfo da Guiné a 300 Km do continente Africano. É constituído por seis distritos (Água Grande, Mé-Zochi, Cantá Galo, Caué, Lembá, Lobata) e uma região autónoma – Príncipe. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística para 2012 (VEIGA, 2012), os dados relativos ao quarto recenseamento geral da população, realizado entre 13 de maio e 22 de junho de 2012, a população de STP correspondia a 187356

habitantes. Como consequência do êxodo rural contínuo e progressivo a capital e os arredores abrangem cerca de 60% da população numa área de 10 km (Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, 2000). Cerca de 40% da população ativa ocupa-se do setor primário, virado sobretudo para exportação, enquanto o setor terciário ocupa 31%. O setor terciário tem contribuído nos últimos anos com aproximadamente dois terços do PIB (Produto Interno Bruto) (Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, 2000).

A economia de São Tomé e Príncipe depende essencialmente do exterior e assim verifica-se um desequilíbrio sistemático na balança comercial. Nos últimos anos, donativos e empréstimos representaram mais de 90% do investimento público. Verificou-se também a queda do volume de produção das culturas de exportação tradicional (o cacau e o café), adicionada a uma baixa de preços desses produtos no mercado Internacional. Em finais de 2000, o País foi beneficiado pelo programa HIPC (Fundo Monetário Internacional) de alívio à dívida externa, tendo \$200 milhões sido perdoados. Por outro lado, tem havido um clima de otimismo devido à descoberta substancial de petróleo em águas territoriais santomense, o que poderá mudar o quadro económico do País nos próximos anos. Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2003, o rendimento per capita foi estimado em 1.317 \$PPP, o que posicionou São Tomé e Príncipe em 112º lugar, entre 175 países, com relação ao seu Índice de Desenvolvimento Humano, o qual foi calculado em 0.639. A pobreza afeta aproximadamente 53,8% da população total do país, sendo mais alarmante nos lares onde as mulheres são chefes de família (55,7%), que representam cerca de um terço do total, da população santomense (Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, 2000).

Do ponto de vista político, pode-se ressaltar que, embora o País tenha conquistado a sua independência em 1975, poucas reformas democráticas foram instituídas a não ser no final dos anos 80, com o fim do mono-partidarismo (Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, 2000). No nosso entender, a conjuntura demográfica, social, económica e política do País tem contribuído de forma significativa, para a degradação do ambiente. Uma vez que, nos últimos 10 anos a questão ambiental em São Tomé e Príncipe tem atingido proporções maiores, o que tem constituído preocupação para os diversos agentes sociais.

Neste contexto e partindo de princípio de que a EA não é só da responsabilidade do governo, das escolas, e das câmaras distritais, surgem ONG preocupadas com a situação ambiental, incluindo nas suas atividades ações de sensibilização e EA a nível comunitário com as crianças, agricultores, pescadores, sensibilização dos professores e educadores e consequentemente alunos para as problemáticas ambientais em São Tomé e Príncipe, proteção do litoral e da fiscalização na captura de peixes e das tartarugas marinhas, campanhas de limpeza, prática da agricultura sustentável, replantação das árvores envolvendo professores, alunos e a comunidade em geral.

Partilhamos da opinião de Dias, Guimarães & Rocha (2003) quando referem que há “Cinquenta coisas simples que todos podemos fazer para salvar a terra”, por exemplo, acender as lâmpadas apenas quando necessitamos, fechar bem as torneiras depois de utilizarmos a água, utilizar com moderação os produtos de limpeza (detergentes), manter limpo e asseado as nossas casas e quintais, não colocar os lixos no chão nem nos lugares impróprios, ajudar na limpeza do bairro, por em prática um estilo de vida mais correto ambientalmente, cuidar seriamente de um pedaço de terra, utilizar na agricultura compostagem natural, fazer tudo o que for possível para não apoiar regimes que oprimem pessoas ou que maltratam a terra. Segundo estes autores todas estas ações podem contribuir de uma forma positiva para a conservação do ambiente.

É neste sentido a atuação das ONG, tendo em conta que as diversas atividades desencadeadas no âmbito da EA têm proporcionado uma tomada de consciência em diferentes grupos de pessoas, tais como os governantes ou mesmo um simples cidadão, para problemas referentes ao ambiente, conduzindo assim a criação de um conceito de desenvolvimento sustentável. O seu papel destaca-se, também, na medida que têm servido de veículo de transmissão de informação, contribuindo para a formação de indivíduos ambientalmente responsáveis.

Tendo em conta que o presente trabalho é desenvolvido com a colaboração das ONG santomenses, achamos importante, explicar o que entendemos por uma ONG. Uma ONG é uma organização não governamental, constituída por um grupo de pessoas sem fins lucrativos, com os seguintes órgãos sociais: Assembleia-geral, constituída por um presidente um secretário e um vogal; Conselho de Administração constituído por um presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal; Conselho Fiscal constituído por um presidente um secretário técnico e um secretário financeiro. Uma associação funciona mediante o seu Estatuto e o seu Regulamento Interno e é sustentada por uma cotização paga pelos seus associados (MARAPA, 2010).

Para melhor entendermos o papel das ONG em São Tomé e Príncipe fizemos, em primeiro lugar, o levantamento de todas as ONG filiadas na FONG (Federação das ONGS), em segundo lugar fizemos o

levantamento das que incluem nas suas atividades ações relativas à EA e em seguida selecionámos três, as quais farão parte da nossa investigação. Clarificamos, junto Federação das ONGS em São Tomé e Príncipe que existem 72 ONGS filiadas na FONG (2012). Entre elas apurou-se que vinte e duas têm, ou tiveram em algum momento, atividades de caráter ambiental.

Do levantamento feito sobre as ONG ambientalistas em São Tomé e Príncipe, é de referir, que dia pós dia, surgem iniciativas jovens a organizarem-se em associações, para ajudar o Governo e as Câmaras Distritais na conservação e proteção do ambiente, atuando em diversas áreas como por exemplo: trabalhos de sensibilização para a proteção das praias e dos animais que estão em via de extinção, organização de trabalhos cívicos nas praias e em diversas localidades, campanhas de plantio de árvores envolvendo crianças e jovens etc.

O problema que se põe é que devido aos fracos recursos económicos e financeiros dos associados, muitas destas associações não permanecem por muito tempo. E assim todos os dias nascem associações, mas poucas conseguem sobreviver face aos desafios encontrados quotidianamente.

No nosso entender as diversas atividades desencadeadas pelas ONG que trabalham no âmbito da EA têm proporcionado uma tomada de consciência em diferentes grupos de pessoas, tais como, os governantes, alunos, professores ou mesmo um cidadão comum, contribuindo assim para a criação de um conceito de desenvolvimento sustentável.

Partilhamos a opinião de Alves (1998) citada por Rodrigues (2010) que refere que “A Educação Ambiental não se aprende nem se ensina. Constrói-se”. Serve este trabalho como apelo a essa construção que se afigura necessária e urgente em termos globais e, além disso como uma oportunidade acrescida para o desenvolvimento local das comunidades mais isoladas e economicamente mais deprimidas de São Tomé e Príncipe.

Estamos convencidos de que embora a abordagem à matéria ambiental feita pelas ONG e tem contribuído para transmissão e mobilização de saberes culturais, ambientais, científicos, e outros, de modo a levar as populações a compreender a realidade que as envolve. O desenvolvimento comunitário só se concretiza se houver investimento nas populações locais, como por exemplo: trabalhos de sensibilização, formação, informação, palestras e muito mais. Acreditamos que embora a mudança da mentalidade não se faça rapidamente a EA é um meio para o desenvolvimento e promoção da comunidade. Desenvolvimento esse que poderá ser do ponto de vista económico, social, ambiental, cultural e político.

Na nossa opinião, para que haja um desenvolvimento comunitário é de extrema importância envolver a população local nos trabalhos de mudança e melhorias ambientais, tendo sempre em atenção as características e as necessidades pontuais de cada comunidade. As comunidades podem perfeitamente construir as suas próprias realidades sociais, mais equilibradas, saudáveis e sustentáveis com base nos recursos que possuem.

## **METODOLOGIA**

Este estudo assumiu uma natureza qualitativa, permitindo-nos compreender melhor como funcionam os comportamentos e experiências das pessoas perante determinadas circunstâncias. Numa investigação qualitativa a realidade é subjetiva, permitindo assim várias interpretações de acordo aos indivíduos. Relativamente ao design da investigação caracteriza-se como um estudo de caso. Para os autores Coutinho e Chaves (2002), quase tudo pode ser considerado um “caso”, um indivíduo, um personagem, um pequeno grupo, uma organização, uma comunidade ou mesmo uma nação (p. 223).

Na opinião de Yin (2006), o estudo de caso é uma abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real, e os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto. Segundo o mesmo autor esta definição permite diferenciar o estudo de caso de outras investigações. O estudo de caso deve obedecer a três momentos: explorar, descrever e explicar (COUTINHO & CHAVES, 2002, p. 225)

Contamos com a colaboração de três ONG já anteriormente referidas, MARAPA, ADAPA e ZATONA ADIL, todas elas pertencentes ao Distrito d'Água Grande em São Tomé. Devido ao seu estatuto, o seu regulamento interno e a sua constituição, todas elas se classificam como ONG Nacionais e encontram-se registadas na FONG. De forma a caracterizar as referidas ONG e de acordo com os estudos de Rodrigues (2011) apresentamos na tabela algumas das suas características, nomeadamente a designação, os objetivos a localização, estatutos legais.

Tabela 1 - Características das ONG envolvidas no estudo.

	MARAPA	ADAPA	ZATONA ADIL
<b>Designação</b>	Mar Ambiente e Pesca Artesanal	Ação para Desenvolvimento Agropecuário e Ambiente	Apoio ao Desenvolvimento de iniciativas locais
<b>Objetivo Principal</b>	Tem como objetivo melhorar as condições de vida dos pescadores artesanais, jovens e peixeiras contribuindo para o seu desenvolvimento durável.	Objetivo apoiar os agricultores de diversas comunidades rurais a um desenvolvimento sustentável.	Objetivo de proteger e melhorar a qualidade de água, manter e reforçar o equilíbrio natural, reduzir, reciclar e reutilizar os resíduos sólidos.
<b>Localização</b>	Localizada na Baía de Ana Chave no Largo da Igreja de Nossa Senhora de Bom Despacho	Localizada na Empresa Agrícola de Mesquita	Localizada na Empresa Agrícola de Mesquita
<b>Estatutos legais</b>	É uma organização não governamental, laica, apolítica sem fins lucrativos, políticos ou religiosos. É uma ONG de direito santomense que intervém no setor das pescas e da proteção do ambiente. Foi criada em março de 1999.	É uma organização não governamental, (ONG), laica, apolítica sem fins lucrativos, políticos ou religiosos. É uma ONG de direito santomense que intervém no setor de agricultura, pecuária e proteção do ambiente. Foi criada em 20 de setembro de 2001.	É uma associação, não governamental, apolítica sem fins lucrativos, políticos ou religiosos. É uma ONG que tem tido intervenção em diversas comunidades agrícolas. Foi criada em 25 de maio de 1995.

No que concerne aos elementos da população, consideramos de extrema importância conhecer as diversas opiniões sobre o impacto dos trabalhos de EA levado ao cabo pelas ONG em diversas comunidades. Assim, para a recolha de dados junto das comunidades em que estas ONG têm intervenção recorremos à entrevista semiestruturada e baseamo-nos no instrumento contruído por Rodrigues (2011). Construímos um guião de entrevista, organizado em 3 dimensões: (i) conceito de EA – nesta dimensão pretende-se saber que conhecimentos possuem os elementos da população acerca da EA; (ii) a participação da comunidade nas ações de EA - neste sentido pretendemos saber se a população tem participado em trabalhos ligados a EA e até que ponto; (iii) o impacto das atividades das ONG para a população – nesta dimensão pretende-se saber a opinião da população no que concerne as atividades desenvolvidas pelas ONG que operam nas suas comunidades.

Os dados recolhidos foram transcritos e analisados, de modo a retirarmos informações pertinentes para o estudo. Para que tal seja possível foi necessária a utilização dos meios mais convenientes para tratamento de dados, sua análise e discussão. Destacamos, de seguida, os aspetos mais relevantes, de acordo com as dimensões que anteriormente apresentámos.

## APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisamos as entrevistas de acordo com as categorias (i) e (iii), anteriormente identificadas e as subcategorias pré-definidas. De salientar que para a categoria (ii) todos os elementos da comunidade referiram que participavam ativamente nas atividades desenvolvidas. A tabela 2 apresenta a síntese das respostas dadas pelos elementos da população da área de intervenção das ONG colaboradoras.

Tabela 2 – Síntese, por categorias, das respostas da população

Categorias	Subcategorias
Conceito de EA	Respeitar e cuidar o meio onde se vive
	Manter os espaços limpos
	Alertar e informar para os problemas ambientais
Impacto das atividades das associações na população	Desenvolvimento de ações para a população
	Melhoria da situação económica das famílias
	Mudança de práticas e de atitudes da população

Para clarificar, apresentamos algumas das respostas que evidenciam a posição dos elementos das comunidades sobre o trabalho desenvolvido pelas ONG.

Relativamente ao conceito de EA os elementos da população mencionaram:

Não sei muito bem, mas eu acho que EA é manter limpo e asseado o lugar onde vivemos, e não destruir as plantas e os animais à nossa volta (População 1, ONG MAPARA)

Educação ambiental é cuidar do lugar onde vivemos, de modo a manter um ambiente saudável (População 2, ONG MARAPA)

Educação ambiental é ensinar as pessoas a cuidar do lugar onde elas vivem. (População 3, ONG MARAPA)

Eu não entendo muito bem sobre essa coisa de EA mas para ter saúde é preciso estar num lugar limpo, não matar os animais, é o que eu sei sobre EA (população 1, ONG ADAPA)

Eu acho que EA é preparar e chamar atenção da população em geral sobre tudo as crianças para os diversos problemas ambientais (População 2 da ONG ADAPA)

Na minha opinião, EA é munir as pessoas de conhecimento acerca de alguns problemas ambientais, como cuidar do quintal não deitar lixo no chão essas coisas (População 3, ONG ADAPA)

Eu penso que EA é informar os velhos sobre os riscos ambientais, e chamar atenção de jovens para evitar ações que poderão pôr em causa o ambiente (População 1, ONG ZATONA ADIL)

EA é viver se fazer coisas que podem prejudicar o ambiente, como deitar lixo no chão, defecar ao ar livres, cortar demais as árvores, é o que eu entendo disso (População 2, ONG ZATONA ADIL)

EA ambiental é educar os nossos filhos para terem uma vida saudável de modo a não comprometer os futuros dos seus filhos (População 3, ONG ZATONA ADIL)

Todos os indivíduos das populações entrevistados mostram algum receio e dúvidas sobre a forma como entendem a EA. No entanto a maioria associou-a à manutenção dos espaços limpos, essencialmente o local onde se vive. Referiram também a EA como forma de respeitar a natureza e de informar a população, essencialmente a mais jovem sobre os problemas ambientais.

Referentes ao impacto das atividades das ONG, os elementos da população, referiram o seguinte:

a ONG MARAPA, tem sido muito importante, para a minha comunidade, uma vez que a MARAPA, no quadro das suas atividades tem promovido várias ações junto as palaês, pescadores e crianças, o que tem contribuído para melhorar a situação económica de muitas famílias e também contribuir para um ambiente saudável (População 1 da ONG A)

A MARAPA tem ajudado muito os pescadores e peixeiras, a ganharem um pão. Há dias por exemplo que vamos a pesca e não conseguimos nada, e por sorte se encontramos uma tartaruga a desovar, chamamos a ONG MARAPA que nos paga para libertar a tartaruga. Não é o mais correto, mas é assim que nos safamos quando não somos bem-sucedido na pesca. Além deste gesto monetário feito pela MARAPA, ela também nos faz entender de que as tartarugas são uma espécie em extinção, que precisam da nossa proteção de modo que no futuro os nossos filhos e netos também possam conhecer esta espécie. (População 2 ONG A)

A MARAPA também tem levado os pescadores ganharem consciência de que se fizerem uma pesca responsável, poderão ter mais peixe e em curta distância, e assim não precisariam de gastar muito combustível, fazendo longa viagem para captura do pescado. Também tem levado os pescadores a verem a vantagem que tem o uso de uma canoa em prao em substituição da canoa em madeira. Levou-nos a entender a importância de proteger as espécies em extinção, sobre tudo das tartarugas que desovam nas nossas praias e da necessidade de mantermos limpa as nossas praias. Atualmente as palaês têm mantido os pescados em melhor forma de conservação, têm evitado comer e vender os ovos e a carne das tartarugas, têm envidado os esforços para manter limpo os espaços a nossa volta As crianças atualmente têm-se preocupado com a conservação do ambiente, começando pela sua casa, a escola, as praias, as plantas e os animais, elas têm contribuído para mudança de atitudes de alguns adultos. Caso as crianças encontrem uma tartaruga a desovar elas envidam esforços para contactar um dos técnicos da MARAPA. De tanta sensibilização feita na escola as crianças chegam mesmo a impedir os seus pais de comerem e comercializarem a carne e os ovos das tartarugas (População 3 da ONG MARAPA)

Atividades desenvolvidas pela ONG ADAPA tem impacto positivo, isto porque atualmente os agricultores têm apostado numa agricultura sustentável. Têm optado pela prática do composto natural em substituição dos produtos químicos (População 1, da ONG ADAPA)

Graças aos ensinamentos da ONG ADAPA tem havido a implementação do horto escolar, contribuindo assim para garantir a segurança alimentar dos alunos. Atualmente já se verifica o uso correto das latrinas, nas comunidades onde os moradores defecavam ao ar livre. As pessoas já fazem bom uso das lavandarias e dos chafarizes públicos. Já estão mentalizadas se estraga uma torneira têm que contribuir para comprar outra (População 2, ONG ADAPA).

O trabalho da ONG ADAPA tem tido impacto positivo do ponto de vista económico, ecológico e ambiental. Do ponto de vista económico muitos agricultores têm produzido composto natural para venda, ADAPA tem apoiado muitos médios e pequenos empresários no cultivo de plantas



para alimentação e de valor comercial. Do ponto de vista ecológico e ambiental, a reflorestação de algumas áreas de São Tomé contribuirá para estabilidade climática (População 3, ONG ADAPA) O trabalho desenvolvido pela ZATONA ADIL tem tido impacto, positivo isto porque, a população, tem aceitado de bom grado e colaborado nas atividades que são desenvolvidas por esta ONG. A população participa ativamente nos trabalhos de reflorestação. Já estão mentalizadas se abaterem árvores têm que colocar outra no seu lugar, uma vez que além dessas atividades contribuirão para a melhoria da situação económica de muitas famílias, as pessoas já ganharam a consciência que o problema ambiental é um problema de todos nós e por isso cabe a nós todos fazermos algo para a conservação do ambiente (População 1, ONG ZATONA ADIL)

As pessoas já estão mentalizadas se cortar uma árvore, tem que plantar duas, as pessoas atualmente já têm mais cuidado com o seu lixo, já há maior preocupação em manter limpo os locais mais frequentados, já existem em alguns locais pequenos grupos de homens ou de mulheres criados com vista a proteção das suas localidades, se sujou limpa etc. (População 2, ONG ZATONA ADIL)

Algumas atividades levadas á cabo pela ONG tem contribuído para melhorar a situação económica e a qualidade de vida da comunidade, na medida que fazem composto orgânico para a venda, têm recebido apoio para cultivo de plantas alimentícias e de valor comercial. Já há maior preocupação com os chafarizes e lavandarias públicas, as pessoas que utilizavam as latrinas para outros fins já as usam corretamente (População 3, ONG ZATONA ADIL).

Os elementos da população entrevistados consideram o impacto das ações desenvolvidas pelas ONG muito positivo, uma vez que: envolvem ativamente a população; tem ajudado para a melhoria das condições de vida e da situação económica de muitas famílias; contribuem para a mudança de práticas e de atitudes, contribuindo, desta forma, para um melhor ambiente e para a utilização mais sustentável dos recursos.

De referir que os elementos da população se mostraram pouco disponíveis para colaborar e demonstraram algum receio em responder à entrevista. Pensamos que esta situação se prende com a pouca frequência com que investigações deste género são realizadas em São Tomé e Príncipe.

Salientamos que tanto os dirigentes das ONG como a população reconhecem o trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito da EA, principalmente no que respeita à mudança de práticas por parte da população e a adoção de atitudes e comportamentos mais sustentáveis. Ambos valorizaram a preservação e utilização dos recursos naturais que são uma das principais fontes de riqueza em São Tomé e Príncipe, desta forma o trabalho das ONG tem contribuído para melhorar a situação económica das famílias.

Por último, acrescentamos que os resultados obtidos são consentâneos com os da investigação realizada por Rodrigues (2011), embora retratem realidades completamente distintas.

Com base nos conhecimentos já adquiridos e da nossa experiência quotidiana, entendemos que sempre existiu a EA, talvez o método utilizado para seu ensinamento era diferente dos métodos atuais.

Devido ao crescimento da população e à destruição exaustiva dos recursos do planeta consequentemente ao agravamento dos problemas ambientais, a EA é vista como algo de novo e da atualidade e que todos querem fazer. E com isso a EA tem crescido de uma forma desordenada. As ONG no quadro das suas atividades, tem feito algumas parcerias com as outras ONG e também estabelecida alguma cooperação com alguns organismos internacionais com vista a minimizar alguns problemas ambientais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo permiti-nos verificar que algumas ONG têm impacto maior do que outras e são mais ativas, com um envolvimento maior da população local em que trabalham. Mas estamos convictos, de que se houvesse em pleno funcionamento mais ONG desta natureza, teríamos um futuro melhor e mais sustentável e um presente saudável e atraente, tendo em conta que não haveria tanta aglomeração de pessoas nas cidades, haveria maior aproveitamento dos recursos naturais, maior acesso à produção de bens e de serviços e condições essenciais para o desenvolvimento comunitário.

Concluimos, que há ainda muito a fazer no que concerne à EA para que o mundo caminhe rumo a sustentabilidade. Para que isso aconteça é necessário que cada um de nós faça a sua parte e contribua para mudar mentalidades, atitudes e comportamentos, face ao ambiente que nos rodeia, assim como tome consciência e assuma responsabilidades com objetivo de viver em harmonia com o ambiente.

Para isso é necessário que haja maior vontade política, de modo que as leis e os princípios ambientais não fiquem só no papel, mas que comecem a constituir a realidade, devendo ser o governo a dar o exemplo, incentivando toda a comunidade e, se for o caso, penalizar os infratores das leis ambientais.

Na nossa opinião a implementação de programas de EA, é uma das alternativas para criação de uma consciência coletiva que possa assumir responsabilidades na rápida mudança de hábitos, como forma de adotar um modo de viver mais sustentado e em maior sintonia com as leis da natureza.

Desta forma torna-se imprescindível que sejam traçadas novas diretrizes a favor do ambiente, no que concerne a sensibilização da população, embora devam ser os governos os primeiros a tomar medidas práticas e importantes para a conservação e proteção do ambiente. Só assim os cidadãos perceberão que vale apenas aceitar e depois aplicar no seu dia-a-dia medidas como colocação dos lixos nos contentores, utilização dos transportes públicos, não defecar ao ar livre nem nos rios, não colocar produtos tóxicos na água, poupança da água e da energia, conservação dos recursos em volta do meio que os rodeia. Neste sentido há que se garantir, rapidamente, que o atual mecanismo faça sortir os efeitos necessários, para que as mudanças sejam significativas no quadro atual, antes que se chegue a um ponto sem volta na degradação da terra.

Continuamos a partilhar a ideia de que estas mudanças devem ser direcionadas a favor do desenvolvimento do turismo local, da melhoria das condições de vida das comunidades, dando-lhes mais conforto, melhores acessibilidades entre outros fatores.

Implementar os conceitos de EA não é uma tarefa fácil. Por isso deve haver persistência e empenhamento de cada um de nós enquanto cidadão, na procura da mudança de atitudes e comportamentos face ao ambiente. É de conhecimento de todos que o ensino por si só não é suficiente para preencher as lacunas ambientais, quer a nível de informação assim como de atitudes e comportamentos. Neste sentido que as ONG e outras instituições na qualidade de educação não escolar desempenham um papel preponderante na formação de indivíduos conscientes e competentes para a causa do ambiente. Neste sentido, na nossa opinião, o trabalho desenvolvido pelas ONG de ambiente pode desempenhar um papel ativo e positivo nessa formação.

## REFERÊNCIAS

- COUTINHO, C. P., & CHAVES, J. H. (2002). *Estudo de Caso na Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*. Braga: CIED – Universidade do Minho.
- DIAS, A. G., GUIMARÃES, P., & ROCHAS, P. (2003) *Biologia e Geologia - 10º Ano Ensino Secundário*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERNANDES, J. A. (1983). *Manual de Educação Ambiental*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente e Comissão Nacional do Ambiente.
- FERRÃO, J. (1990). *Educação Ambiental: Textos Básicos*. Lisboa: Instituto Nacional do Ambiente.
- MARAPA (2010). *Relatório de atividades 2009-2010*. São Tomé e Príncipe: MARAPA.
- MARAPA & CTA (2009). *Ecologia, Ambiente e Educação Ambiental*. República Democrática de São Tomé e Príncipe: MARAPA.
- MINISTÉRIO DE RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE (2000). *Autoavaliação Nacional de Capacidades para Gestão Ambiental Global*. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Gabinete do Ambiente, Ministério de Recursos Naturais e Ambiente.
- RODRIGUES, L. M. A. M. (2011). *Atividades Desenvolvidas por Organizações Não Governamentais do Distrito de Bragança e sua Pertinência para o Desenvolvimento Sustentável*. (Dissertação do Mestrado). Bragança: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança.
- SÁ, P. A. P. (2008). *Educação para o Desenvolvimento Sustentável no 1º CEB: Contributos de Formação de Professores*. Tese de Doutoramento não publicada. Universidade de Aveiro: Departamento de Didática tecnologia Educativa.
- SORRENTINO, M., TRAJBER, R., MENDONÇA, P. & JÚNIOR, L. A. F. (2005). Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, 31(2), 285-299.
- VEIGA, A. (2012). São Tomé e Príncipe tem 187.356 habitantes. *Téla Nón*. Disponível em: <http://www.telanon.info/sociedade/2012/06/29/10732/sao-tome-e-principe-tem-187-356-habitantes/>
- YIN, R. K. (2006). *Estudo de caso – Panejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.